

(((REGIONAL)))

Seminário reforça necessidade de barrar MP que privatiza saneamento

No último dia 20, dirigentes do SINDISAN estiveram em Salvador (BA) para participar do Seminário Regional promovido pela Comissão de Desenvolvimento Urbano (CDDU) da Câmara dos Deputados para discutir a Medida Provisória 868/2018, que altera o marco legal do saneamento. Os dirigentes sergipanos se juntaram a uma grande quantidade de trabalhadores e sindicalistas baianos, lotando o auditório da Assembleia Legislativa da Bahia (AL/BA), mostrando muita disposição para a luta para derrubar a MP.

Entre os vários palestrantes, o presidente da Empresa Baiana de Águas e Saneamento – Embasa, Rogério Cedraz, afirmou que o capital privado pode ajudar o setor de saneamento, mas não como prevê a MP 868, que vai “desmanchar” as companhias estaduais. E deu um exemplo do estrago: segundo ele, 70% da população baiana, residente do semiárido, região de pobreza e sem retorno financeiro, ficarão órfãos de saneamento.

Um dos autores do requerimento que resultou no Seminário promovido pela CDDU, o deputado federal Joseildo Ramos (PT/BA) afirmou que

a MP 868 é mais uma faceta do projeto de destruição do estado brasileiro. A ela se soma à entrega do sistema elétrico, do pré-sal, o desmonte da Petrobras, o corte dos investimentos em educação e saúde etc. Segundo ele, “essa MP é uma promessa do governo (de Bolsonaro) aos empresários para entregar um mercado que representa R\$ 400 bilhões ao ano”.

O presidente do SINDISAN, Sílvio Sá, avaliou que o Seminário foi muito positivo e agregou informações importantes para a luta contra a MP 868, que praticamente privatiza o saneamento no país. Para ele, esta semana será decisiva na luta para derrubar a Medida Provisória na Câmara dos Deputados.

“Tudo indica que não haverá espaço para a votação dessa MP, já que o governo federal está com prazo exíguo para votar outras medidas provisórias de maior interesse para eles, porque podem perder prazo e comprometer de vez a governabilidade. Mas vamos manter a vigilância sobre a MP do saneamento e pressionar os nossos parlamentares federais para não votar nela. Não sendo votada até o dia 3 de junho, ela perde o prazo e será uma grande vitória para todos nós”, afirmou Sílvio Sá.

DESO

Contribuições à Previdência estão atrasadas ou não foram depositadas

O SINDISAN tem recebido diversas queixas de companheiros da DESO em relação às suas contribuições previdenciárias. De acordo com esses trabalhadores, ao requererem o Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS) do INSS, eles tiveram a infeliz surpresa de notar a falta de contribuições por parte da DESO.

Em outros casos, alguns companheiros apontam que o repasse dos recolhimentos das contribuições previdenciárias estão em atraso, sendo registrado o último em fevereiro de 2019.

O caso chamou atenção da direção do sindicato, principalmente após os novos pedidos de aposentadoria, antes que a famigerada proposta de Reforma da Previdência, em discussão no Congresso Nacional, seja aprovada.

Segundo a apuração que foi pelo SINDISAN, desde meados de 2018 que as contribuições da DESO não são contabilizadas pelo INSS.

Diante disso, alguns trabalhadores já estão com medo de não conseguirem se livrar da reforma por causa dessa situação.



▲ Presidente do SINDISAN fala para o público presente ao Seminário Regional, na AL/BA

VAI TER LUTA

Entidades unificam forças e preparam ato e greve geral

Rumo à Greve Geral, Centrais Sindicais e Frentes se reuniram, no último dia 20 de maio, na sede da Central Única dos Trabalhadores (CUT/SE), para discutir os atos do dia 30 de maio e 14 de junho.

"Esta luta vai ser longa e precisamos de muita unidade até a vitória", afirmou o professor Dudu, presidente da CUT/SE, durante a reunião, que avaliou também a vitoriosa paralisação geral da Educação, realizada no dia 15/5, e aprovou uma nova agenda de luta.

Na sexta-feira (24/5), aconteceu uma grande plenária com estudantes, professores e dirigentes sindicais na Universidade Federal de Sergipe (UFS), também para construir o protesto do dia 30 de maio. Tudo caminha para mais um grande ato contra os cortes na educação e contra as famigeradas reformas de Bolsonaro.

A professora Ângela Melo, da Diretoria Executiva da CUT Nacional,

ressaltou a importância deste movimento que cresce em apoio popular na luta em defesa da educação pública e do direito à aposentadoria.

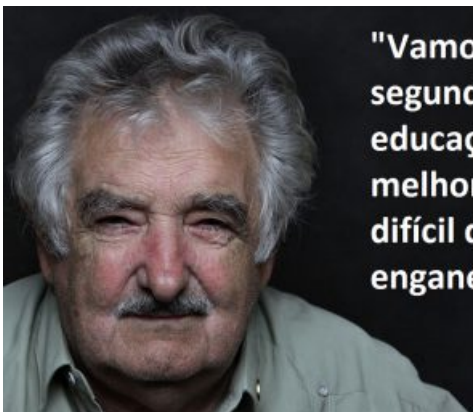
"Esta foi uma reunião muito produtiva e nos prepara para dois momentos importantes: o dia 30 de maio e a Greve Geral do dia 14 de junho. Nos manteremos em estado de mobilização permanente e vamos construir um grande protesto do dia 30. Não vamos aceitar retrocessos", ressaltou a dirigente cutista.

Para Sérgio Passos, secretário-geral do SINDISAN, o momento é de unidade e fortalecimento da luta. Ele convocou os trabalhadores da DESO, Cohidro e SAAEs para também se somarem às manifestações que estão agendadas.

"Precisamos unificar as forças para enfrentar esse desmonte que o governo federal está promovendo no país. Essa luta tem que ser de todos, inclusive nossa, urbanitários sergipanos", defende.



▲ Entidades sindicais e populares organizam as próximas manifestações contra as reformas



"Vamos investir primeiro em educação, segundo em educação, terceiro em educação. Um povo educado tem as melhores opções na vida, e é muito difícil que os corruptos mentirosos os enganem."

José Mujica

(((RÁPIDAS)))

◀ A QUEM INTERESSA?

Tomamos conhecimento de um inquérito administrativo, reaberto no final de 2018 a pedido do governador Belivaldo Chagas, que iria apurar uma suposta operação delituosa que está acontecendo numa determinada região do estado carente de chuva e que já se encontra concluído e até agora não aconteceu nada. A quem interessa proteger o funcionário da DESO que supostamente se beneficiou financeiramente em razão da sua função? Será que o governador está sabendo? O SINDISAN não abrirá mão na defesa da ética e da moralidade na nossa Companhia, obviamente, respeitando-se o devido processo legal, a ampla defesa e o contraditório.

◀ LISTA TRÍPLICE

O SINDISAN enviou à DESO, no dia 10 de outubro de 2018, a lista tríplice com os nomes dos empregados mais votados na eleição para escolha do Representante dos Trabalhadores no Conselho de Administração da Companhia. Ocorre que, passados mais de sete meses do envio da lista, até o momento não houve a nomeação do representante dos empregados no Conselho, e nem sequer uma resposta foi dada por parte da direção da Companhia. O Sindicato aguarda uma resposta urgente da DESO, já que a mesma está a descumprir tanto o Acordo Coletivo, como a Lei das Estatais.

◀ COHIDRO SEM RESPOSTA I

Os trabalhadores da COHIDRO continuam sem qualquer resposta por parte da direção da Companhia quanto às negociações dos Acordos Coletivos de Trabalho. Parece que virou praxe "empurrar com a barriga" as negociações de reajuste e demais cláusulas de interesses daqueles servidores. A pauta da categoria relativa ao ACT 2019 já foi entregue há mais de três meses e, até o presente momento, nenhuma resposta da direção da COHIDRO. Estamos no aguardo!

◀ COHIDRO SEM RESPOSTA II

Desde que o Governo do Estado resolveu "punir" todos os servidores públicos, como se fossem estes os culpados pelas crises econômicas que se sucedem, não concedendo reajuste salarial, os trabalhadores da COHIDRO também vem amargando essa política nefasta e há sete anos convivem com "reajuste zero" nos seus salários. Até quando?

MAIS RETROCESSO

Se Bolsonaro mudar as NR's, acidentes de trabalho vão aumentar ainda mais

O anúncio do governo de Jair Bolsonaro (PSL) de que vai reduzir em até 90% as normas que garantem proteção e segurança do trabalho preocupa entidades de defesa dos trabalhadores como a CUT, o Ministério Público do Trabalho (MPT) e o Sindicato dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait). Sem as normas, o risco de os acidentes e doenças ocupacionais aumentarem ainda mais é muito maior.

Atualmente, quase três mil trabalhadores e trabalhadoras perdem a vida em consequência de acidentes de trabalho, mais de 14 mil são afastados por lesões incapacitantes e mais de 700 mil têm doenças laborais, segundo dados oficiais da Previdência Social.

“Esses são dados”, alerta o presidente do Sindicato dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait), Carlos Silva, “que não levam em conta milhões de trabalhadores que estão na informalidade. Isso sugere que o problema, já muito grande, é, na realidade, muito maior”.

Entre as 36 Normas Regulamentadoras (NRs) de segurança e saúde no trabalho que o governo quer rever para, segundo Bolsonaro, gerar mais empregos, está a

NR12, que regula máquinas e equipamentos, justamente o setor responsável pelo maior número de acidentes de trabalho no país. Para Bolsonaro, a NR12 é uma trava à geração de novos postos de trabalho.

Entre 2012 e 2018, foram registrados 528.473 acidentes de trabalho (15,19% do total) envolvendo máquinas e equipamentos. Do total de acidentados, 2.058 morreram e 25.790 foram submetidos a amputações ou enucleações, que é a extirpação de um órgão após incisão.

Segundo o MPT, o total de mortes causadas por esse grupo é três vezes maior e o de amputações chega a ser 15 vezes maior do que a média das demais causas de acidentes de trabalho.

CIDADANIA

Especialista desmonta falácia de déficit da Previdência Social

O argumento de que existe déficit na Previdência Social no país e que, por isso, é necessário apoiar a reforma pretendida pelo governo Bolsonaro é como um castelo de cartas, ou de areia. “Quem fala em déficit nunca leu o artigo 195 da Constituição”, afirma a coordenadora da Auditoria Cidadã da Dívida, Maria Lucia Fattorelli.

Segundo ela destacou em seminário na Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara, na semana passada, a Constituição prevê um financiamento solidário que engloba diferentes fontes de receita, e não apenas as contribuições de empregados e de empresas, que são consideradas no cálculo de quem defende que existe um déficit.

“Lá (na Constituição) fala que a seguridade social, que engloba a Previdência, assistência e saúde,

será financiada pelos orçamentos públicos dos governos federal, distrital, estaduais e municipais. Então, está prevista a participação dos governos. E também as contribuições sociais, pagas por empregados e empregadores, pagas pelas empresas sobre o lucro, pagas por toda a sociedade sobre o consumo, sobre os jogos de loteria, sobre a venda de produção rural, sobre as importações. São várias situações de arrecadação”, esclarece a especialista em contas públicas.

Maria Lúcia também destaca que a Desvinculação de Receitas da União, conhecida como DRU, tem sido um artifício para o governo sangrar os benefícios da seguridade social no país e aplicar esses recursos em outras áreas.

(Com informações da RBA)

LUTA CONTRA A EXTINÇÃO

Para evitar que essa tragédia social que tira vidas e destrói lares aumente ainda mais, a CUT construiu um grupo de trabalho com outros parceiros com experiência em saúde e segurança do trabalho para lutar contra a extinção ou reformulação das NRs.

“A CUT não tem se furtado ao debate por mais complexo que seja, muito menos este. É nosso princípio o direito à vida, à saúde e ao desenvolvimento seguro e saudável das atividades laborais. Por isso, vamos lutar até o final”, afirma a secretária de Saúde do Trabalhador da CUT, Madalena Margarida da Silva.

“Nossa luta será intensa pela garantia de nossos direitos, não só de empregos, porque em ambiente insalubre e inseguro não tem trabalho decente”, acrescenta a secretária.

O procurador do MPT, Leonardo Osório Mendonça, concorda e vai além. Para ele, tanto empregadores quanto trabalhadores e sindicatos têm de lutar pela segurança no trabalho.

“É importante que todos atuem na prevenção de acidentes, em prol de um ambiente seguro. Só assim vamos mudar a cultura de que a segurança é gasto. Ao contrário, nos países desenvolvidos, em que as normas protetivas são mais rígidas do que as do Brasil, segurança é investimento e é assim que todos devem entender”, afirma.

(Com informações do Portal da CUT)



FILIE-SE! SINDICATO FORTE QUEM FAZ É VOCÊ!

CONTRA A MP-868

Trabalhadores do saneamento entregam carta ao presidente da Câmara Federal

A Federação Nacional dos Urbanitários – FNU, entidade que congrega cerca de 220 mil trabalhadores do setor de saneamento básico, energia, gás e meio ambiente do Brasil, enviou ofício ao presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, manifestando sua posição contrária ao MP 868/18, que altera o marco legal do saneamento básico no país.

Os urbanitários entendem que “que existem problemas e que o setor não avançou o quanto esperávamos nas últimas décadas, mas que esse fato não se deve a uma eventual necessidade de alteração do marco legal, e sim em razão de problemas históricos como a falta de priorização dessa política pública por parte de sucessivos governos, a falta da integração com outras políticas, notadamente as de habitação, meio ambiente e saúde, entre outras causas”.

A carta assinada pelo presidente da FNU, Pedro Blois, explica que a medida provisória, “longe de possibilitar a superação dos desafios da universalização, aprofundará as desigualdades regionais, na medida em que desestrutura o setor quando acaba com um importante instrumento de gestão associada, que é o contrato de programa e o consequente fim do subsídio cruzado. Além disso, a MPV traz em seu bojo aspectos que provocarão uma série de questionamentos jurídicos, inclusive no STF, o que levará a uma profunda instabilidade jurídica”.

Os urbanitários explicam que “a saída para a superação dos desafios do saneamento passa pelo enfrentamento dos gargalos que hoje impedem ou dificultam a execução dos recursos contratados; políticas que garantam a sustentabilidade da prestação dos serviços; a destinação dos recursos oriundos do PIS e COFINS pagos pelos operadores de saneamento a um fundo de universalização; a criação de um programa de recuperação e revitalização dos operadores públicos de saneamento, a integração com outras políticas públicas como as de habitação, meio ambiente e saúde; a perenidade da destinação de recursos públicos a retirada do saneamento da PEC do Teto de gastos (EC-95) e finalmente o fortalecimento dos instrumentos de participação e controle social”.

(Com informações do Portal da FNU)



BRASIL

Bancos cobram no cartão juros de agiotagem

O famoso crédito rotativo do cartão, que existe no mundo inteiro, não existe de verdade no Brasil. As taxas de juros cobradas pelas empresas de crédito brasileiras, se comparadas com os países da América Latina, são as mais caras e abusivas. Podem ser comparadas com as taxas cobradas por um agiota.

A avaliação é do economista Maurício Gutemberg, mestre em economia pela Universidade de São Paulo (USP), e foi feita em artigo publicado no Portal UOL. “São taxas só comparáveis à agiotagem, mas cobradas por bancos e empresas financeiras reguladas pelo Banco Central do Brasil”, afirma.

Com a inflação acumulada de 4,9%, a taxa média cobrada no cartão de crédito em março de 2019 foi de 299,5% ou o equivalente a 280,8% em termos reais. Essa linha de crédito é usada por quem atrasa o pagamento da fatura do cartão ou não paga o valor integral por mais de 30 dias.

“Assim”, não podemos dizer que exista crédito rotativo no cartão de crédito no Brasil. Parece ser palavra para dizer que, eventualmente, é necessário parcelar uma dívida de consumo sem grande complicação, como ocorre em qualquer lugar do mundo civilizado”, explica.

(Com informações da CUT)